

16/09/2003

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 03.10.2003

EMENTÁRIO Nº 2126-3

PRIMEIRA TURMA

525

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 357.846-4 RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS

ADVOGADO(A/S) : PGE-RS - YASSODARA CAMOZZATO E OUTRO(A/S)

AGRAVADO(A/S) : ALBINA SANTOS FAGUNDES

ADVOGADO(A/S) : TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA DIFERENCIADA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LEI ESTADUAL nº 7.672/82. NATUREZA DO TRIBUTO. ESPÉCIE VINCULADA AO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL. RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO ADVENTO DA EC 20/98.

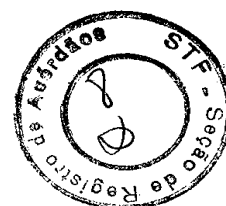
- O custeio da assistência médica diferenciada presente no Estado do Rio Grande do Sul, por se tratar de ação voltada a assegurar direitos relativos à saúde, é espécie vinculada ao financiamento da seguridade social e, portanto, conforme decidido por esta Corte na ADI 2.010, medida liminar, Rel. Min. Celso de Mello, não pode ser aplicada aos aposentados e pensionistas.

- Ocorrerá restituição das contribuições a partir do advento da EC 20/98, não se tratando, obviamente, de enriquecimento sem causa dos pensionistas, por ser um direito devidamente reconhecido a eles por esta Corte.

Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por



unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental  
no recurso extraordinário.

Brasília, 16 de setembro de 2003.

SEPÚLVEDA PERTENCE

-

Presidente



JOAQUIM BARBOSA

-

Relator

16/09/2003

PRIMEIRA TURMA

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 357.846-4 RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

AGRAVANTE(S) : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - IPERGS

ADVOGADO(A/S) : PGE-RS - YASSODARA CAMOZZATO E OUTRO(A/S)

AGRAVADO(A/S) : ALBINA SANTOS FAGUNDES

ADVOGADO(A/S) : TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

É este o teor do despacho pelo qual dei parcial provimento ao recurso extraordinário:


"1. Trata-se de recurso extraordinário interposto com fundamento no art. 102, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que considerou ser devida a contribuição previdenciária de 2% (dois por cento) instituída pela Lei estadual nº 7.672/82.

2. O Plenário desta Corte, ao julgar o pedido de medida liminar na ADI 2.010, sob a égide da EC 20/98, decidiu pela inexigibilidade de contribuição previdenciária incidente sobre proventos da inatividade e pensões de servidores públicos. O conteúdo desse acórdão está assim resumido em sua ementa:

' (...)

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NÃO ADMITE A INSTITUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL SOBRE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO.

- A Lei nº 9.783/99, ao dispor sobre a contribuição de seguridade social relativamente a pensionistas e a servidores inativos da União, regulou, indevidamente, matéria não autorizada pelo texto da Carta



Política, eis que, não obstante as substanciais modificações introduzidas pela EC nº 20/98 no regime de previdência dos servidores públicos, o Congresso Nacional absteve-se, conscientemente, no contexto da reforma do modelo previdenciário, de fixar a necessária matriz constitucional, cuja instituição se revelava indispensável para legitimar, em bases válidas, a criação e a incidência dessa exação tributária sobre o valor das aposentadorias e das pensões.

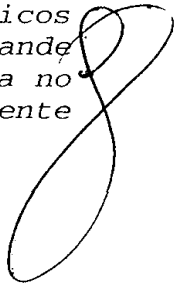
O regime de previdência de caráter contributivo, a que se refere o art. 40, caput, da Constituição, na redação dada pela EC nº 20/98, foi instituído, unicamente, em relação "Aos servidores titulares de cargos efetivos...", inexistindo, desse modo, qualquer possibilidade jurídico-constitucional de se atribuir, a inativos e a pensionistas da União, a condição de contribuintes da exação prevista na Lei nº 9.783/99. Interpretação do art. 40, §§ 8º e 12, c/c o art. 195, II, da Constituição, todos com a redação que lhes deu a EC nº 20/98.

(...)'

Essa orientação foi confirmada pelo Plenário deste Tribunal, no julgamento da ADI 2.189-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 09.06.2000; ADI 2.196-MC, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 18.08.2000.

3. Contudo, a Primeira Turma desta Suprema Corte, no julgamento do RE 367.094-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 27.06.2003, considerou legítima a exigência de contribuição previdenciária de inativos e pensionistas, desde que a respectiva cobrança refira-se a período anterior ao advento da EC 20/98:

**'EMENTA:** Contribuição previdenciária: incidência sobre proventos da inatividade de servidores públicos estaduais (L. est. 7.672/82, do Rio Grande do Sul): constitucionalidade da cobrança no período que antecede a EC 20/98: precedente



(ADInMC 1441, Pleno, 28.6.96, **Gallotti**, DJ 18.10.96) '.

Nesse sentido, ainda, em casos análogos ao presente, o RE. 387.619, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ 01.07.2003; RE 387.453, Rel. Min. Celso de Mello.

4. Em face do exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou parcial provimento ao recurso extraordinário para determinar a restituição das contribuições eventualmente já recolhidas, desde que posteriores à EC 20/98.

5. Tratando-se de sucumbência recíproca, sendo a parte ora recorrente beneficiária da justiça gratuita, deve ser ela condenada aos ônus da sucumbência, com a ressalva de que essa condenação se faz nos termos do artigo 12 da Lei 1.060/50 que, como decidido por esta Corte no RE 184.841, foi recepcionado pela atual Constituição, eis que compatível com o seu artigo 5º, inciso LXXIV."

Sustenta a agravante, em suma, a inaplicabilidade dos precedentes referidos no despacho agravado, eis que a contribuição de 2% (dois por cento) prevista no artigo 42, letra o, da Lei Estadual nº 7.672/82, não tem natureza previdenciária, pois que destina somente a custear a assistência médica diferenciada oferecida aos pensionistas.

Alega, ainda, incoerência em devolver os valores arrecadados, uma vez que os pensionistas utilizam os serviços oferecidos de forma contínua e intensa e, assim, ao aplicar a devolução retroativamente haveria enriquecimento sem causa daqueles que dele usufruíram.

**É o relatório.**

V O T O

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):**

1. As alegações do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS não procedem.

O despacho agravado se fundamenta também na ADI 2.010, medida liminar, em que o Plenário desta Corte decidiu, já sob a égide da EC nº 20/98, não incidir sobre inativos e pensionistas contribuições para a seguridade social. Seguridade social esta que sabemos abranger não apenas a previdência social, mas também os direitos relativos à assistência social e à saúde.

Assim, o custeio da assistência médica diferenciada presente no Estado do Rio Grande do Sul, por se tratar de ação voltada a assegurar direitos relativos à saúde, é espécie vinculada ao financiamento da seguridade social e, portanto, conforme decidido por esta Corte na Ação Direta de Inconstitucionalidade já referida, não pode ser aplicada aos aposentados e pensionistas.

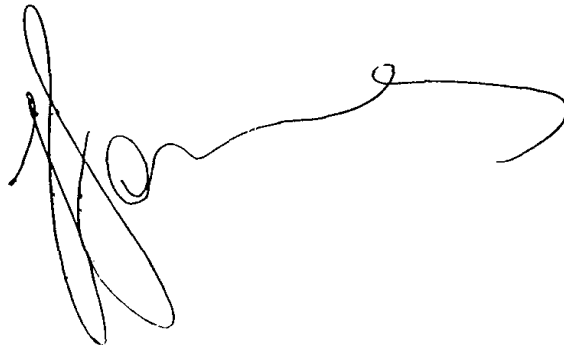
Ademais, ainda que se entendesse ser a contribuição da assistência médica diferenciada do Estado do Rio Grande do Sul espécie estranha à seguridade social, esta Primeira Turma, ao julgar caso análogo ao presente, em sede de agravo regimental, assim entendeu:

"A alegação de que a contribuição prevista no art. 42, letra o, da L. est. 7.672/82 refere-se à assistência médica e não à previdência social envolve análise de direito local: incide a Súmula 280."

RE 367.094-Agr-RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence. D.J. 27.06.2003.

2. Quanto à alegação de impossibilidade de devolução dos valores arrecadados, saliento que o despacho por mim proferido foi claro ao determinar esta restituição a partir do advento da EC 20/98, não se tratando, obviamente, de enriquecimento sem causa dos pensionistas, por ser um direito devidamente reconhecido a eles por esta Corte, conforme explicitado neste voto.

Em face do exposto, nego provimento ao presente agravo regimental.

A handwritten signature in black ink, featuring a large, stylized initial 'S' followed by a long, sweeping horizontal stroke that ends in a small loop.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 357.846-4**

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

AGTE.(S): INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -  
IPERGS

ADV.(A/S): PGE-RS - YASSODARA CAMOZZATO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): ALBINA SANTOS FAGUNDES

ADV.(A/S): TELMO RICARDO SCHORR E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no recurso extraordinário. Unânime. 1ª Turma, 16.09.2003.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Ministro Carlos Britto.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

  
Ricardo Dias Duarte  
?/Coordenador